

# Tribunal aponta uso inadequado do Fundef

O dinheiro, que deveria ser aplicado na Educação, foi utilizado para outros fins

**Brasília** - O relatório e parecer prévios sobre as contas de 1998 do Governo Fernando Henrique Cardoso, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), constatou irregularidades na aplicação e fiscalização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em dez Estados. Há problemas em São Paulo, Pernambuco, Goiás, Rondônia e Roraima, na Paraíba, no Ceará, Pará, Tocantins e Piauí. O documento reúne informações repassadas por Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e levantamento feito por próprio TCU.

Foi constatado o uso indevido de recursos, como a destinação de dinheiro do Fundef para outros fins que não as despesas com ensino fundamental (antigo 1.º Grau), como determina a lei. Além disso, havia Estados e municípios que ainda não tinham criado planos de carreira para os professores, nem conselhos de acompanhamento do fundo e dei-

xado de aplicar 60% do total dos recursos em melhorias salariais ou na capacitação de docentes.

Muitos dos problemas, no entanto, existem pela falta de conhecimento de prefeitos e encarregados de gerir as verbas do Fundef nos municípios, ressalta o texto. É o caso, por exemplo, da Paraíba, onde cerca de 90% dos municípios ainda não haviam instituído planos de carreira para o magistério e, portanto, terminaram o ano sem gastar a parcela de 60% do dinheiro arrecadado com melhorias salariais. "Mais por falta de assessoramento técnico do que por má-fé", destaca o relatório.

O mesmo ocorreu no Tocantins. "As maiores ocorrências, no âmbito dos municípios, dão-se em virtude do desconhecimento dos gestores quanto à natureza e

operacionalidade dos recursos, não chegando, contudo, a prejudicar ou invalidar os benefícios do programa", assinala o texto.

## Desvio

No Pará, de acordo com dados do Tribunal de Contas dos Municípios, porém, houve desvio de recursos. As irregularidades incluíram o pagamento, com dinheiro do fundo, de despesas não relacionadas ao ensino fundamental nem à educação. Da mesma forma, há registros de que recursos foram gastos com salários de profissionais de outros níveis de ensino, que não o fundamental. Os problemas foram agravados pela falta de um novo plano de carreira no Estado.

O Tribunal de Contas de Rondônia informou que o fundo custeou "despesas incompatíveis

com as atividades do ensino fundamental". Além disso, os gastos com salários também ficaram abaixo dos 60% previstos em lei.

O mesmo ocorreu em municípios de Goiás. Segundo o documento, há municípios goianos que "insistem em contabilizar, à conta do Fundef, despesas que não lhe são próprias".

Em Roraima, o TCE constatou uma situação de descontrole do uso dos recursos. Segundo o documento, não há registros contábeis na esfera estadual. O conselho de acompanhamento do fundo não atua na fiscalização, deixando de acompanhar a repartição, a transferência e a aplicação do dinheiro. Roraima é o Estado com o valor mais alto gasto por aluno no país, superior a R\$ 900,00 por estudante/ano.

Além das informações fornecidas pelos TCEs, o TCU fez levantamento em 66 municípios do país, incluindo 264 escolas urbanas e rurais. Segundo os dados do TCU, o município de Esperança, na Paraíba, aplicou corretamente os 60% do fundo em valorização do magistério, mas estendeu os reajustes aos professores leigos (sem 2º Grau).

Na sexta-feira, o governo federal lançou uma campanha de rádio e TV para orientar a população sobre o funcionamento do Fundef, que deve movimentar este ano R\$ 14,1 bilhões. (AE)

## PRAZO

### Inscrição para o Enem termina dia 25

Sexta-feira, dia 25, é o prazo final para inscrição no Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, novo passaporte para o ensino de nível superior. As inscrições podem ser feitas em qualquer agência dos Correios, com o pagamento de uma taxa de R\$ 20,00. Podem participar todos os estudantes em condições de concluir o ensino médio este ano. O exame será aplicado no dia 29 de agosto, em 162 municípios brasileiros. Todas as capitais estão incluídas. A confirmação da inscrição, na qual constará o local da prova, será enviada para a casa do candidato. A avaliação consistirá de duas provas: uma de conhecimentos gerais, com 63 questões de múltipla escolha; outra de redação. O resultado - que também será entregue na residência dos candidatos - sai no início de novembro.